

honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos n.ºs 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2 e 62.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP Av. Fernão de Magalhães, n.º 481, 2.º Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Mário Guilherme Soares Magalhães Valdez, Técnico Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de Aveiro do ACES do Baixo Vouga II.

Vogais efectivos: Cláudia Sofia Martins Alegre Jorge, Técnica Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha do ACES do Baixo Vouga II, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

José Manuel Santos Relvas, Técnico de 1.ª Classe de Higiene Oral do Centro de Saúde de Cantanhede do ACES do Baixo Mondego III.

Vogais suplentes: Graça Maria Gonçalves David Coelho e de Azevedo Moura, Técnica Especialista de 1.ª Classe de Higiene Oral do Centro de Saúde de Castelo Branco do ACES da Beira Interior Sul.

Olga Maria de Jesus Alves, Técnica Principal de Higiene Oral do Centro de Saúde de São Martinho do Bispo do ACES do Baixo Mondego I.

2009/12/30. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

202748171

Aviso n.º 555/2010

Concurso Externo Geral de Ingresso para preenchimento de dois postos de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Ortopédia da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica

1. — 1. — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, Portaria n.º 721/2000, de 05/09, da Lei n.º 12-A/2008, de 27-02, do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17.12.2009 do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo geral de ingresso para preenchimento de dois postos de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª Classe de Ortopédia da Carreira (não revista) de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, cuja remuneração corresponderá à referida no Mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: O concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: O conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na alínea k) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12, bem como o descrito no artigo 6.º e n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Locais de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego I: Um.

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões I: Um.

5 — Requisitos de admissão a concurso

5.1 — Requisitos Gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: Estar habilitado com o curso superior de Técnico Ortopedista, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

5.3 — Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02 e do Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12/10, sobre o qual o Senhor Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14/10, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de 28 técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, só podem ser admitidos ao presente concurso os técnicos da profissão de técnico ortopedista que, no âmbito do Ministério da Saúde, tenham constituído uma relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou por tempo determinado, ou por tempo determinável.

6 — Métodos de selecção — Avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12 e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 05/09.

6.1 — Sistema de classificação final — De acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12.

6.2 — 6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, IP, (Secção de Expediente e Arquivo) sitas na Alameda Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, com aviso de recepção, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e Serviço de Identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato esteja vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações académicas de base e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certificado comprovativo da posse do curso de Técnico Ortopedista, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;

b) Três exemplares do “Curriculum Vitae”, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o Anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 05/09.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos n.ºs 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2 e 62.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21/12. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas

nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP Av. Fernão de Magalhães, n.º 481, 2.º Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente: Alda Sofia Gaspar Baltar, Técnica Principal de Ortopédia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE.

Vogais efectivos: Ana Cristina Silva Costa Neves Correia Roxo, Técnica Principal de Ortopédia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Elisabete Abrantes Soares de Almeida, Técnica de 1.ª Classe de Ortopédia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE.

Vogais suplentes: Mário Alberto Vilela Soares, Técnico de 1.ª Classe de Ortopédia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE.

Dora Gabriela Moreira Teixeira, Técnica de 2.ª Classe de Ortopédia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE.

2009/12/30. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

202748252

Aviso n.º 556/2010

Concurso externo geral de ingresso para preenchimento de um posto de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo geral de ingresso para preenchimento de um posto de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso: o concurso é válido para a ocupação do posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional: o conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Local de trabalho: Administração Regional de Saúde do Centro, IP/Laboratório de Saúde Pública de Aveiro — um.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais: estar habilitado com o curso superior de técnico de análises clínicas e de saúde pública, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea a) e a alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro, que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, IP, proceder ao recrutamento de 28 técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, só podem ser admitidos ao presente concurso os técnicos da profissão de técnico de análises clínicas e de saúde pública que, no âmbito do Ministério da Saúde, tenham constituído uma relação jurídica de emprego público por

contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou por tempo determinado, ou por tempo determinável.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e no artigo 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final — de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, IP (Secção de Expediente e Arquivo), sitas na Alameda de Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 horas e as 14 horas e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, com aviso de recepção, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato esteja vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações académicas de base e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certificado comprovativo da posse do curso de técnico de análises clínicas e de saúde pública, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;

b) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2, e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. Se e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e ou à lista de classificação final, serão as mesmas afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, Avenida de Fernão de Magalhães, 481, 2.º Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Helena de Melo Teixeira Lopes Pais Borges, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Laboratório de Saúde Pública da ARSC, IP — Coimbra.

Vogais efectivos:

Maria Odete Canas Vieira Rodrigues, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Laboratório de Saúde Pública da ARSC, IP — Coimbra, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.